



Septiembre 2016 - ISSN: 1988-7833

É POSSÍVEL “ABRIR” AS CIÊNCIAS SOCIAIS?

Antonio Augusto D. Berni¹
Rita de Cassia D. Berni²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Antonio Augusto D. Berni y Rita de Cassia D. Berni (2016): “É possível “abrir” as ciências sociais?”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (julio-septiembre 2016). En línea: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/03/ciencias-sociales.html>

RESUMO

O presente artigo busca discutir se é possível uma abertura das ciências sociais em um momento onde os paradigmas tradicionais que sempre nortearam sua estrutura interna parecem estar envolvidos em uma constante crise. Estes paradigmas estão centrados na revolução cartesiana que, nos primórdios da modernidade, buscou a superação do modelo medieval através da separação entre conhecimento científico e conhecimento comum, entre natureza e pessoa humana. Para analisar este processo, lançaremos mão de três autores que possuem visões distintas do problema e da própria noção de se é possível ou não efetuar este processo de abertura das ciências sociais, a saber: Boaventura de Sousa Santos, Agnes Heller e Thomas Kuhn. Compreender e superar esta crise interna em direção a um novo paradigma é o que vai possibilitar a quebra de barreiras que limita o diálogo com as mais diversas ciências, fundamento último da referida abertura. Como conclusão, abordaremos mais uma vez a questão e como ela está colocada no momento atual de discussão da comunidade científica.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências Sociais. Abertura. Paradigma. Crise.

¹ Mestre em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); doutorando em História (Universidade Federal de Santa Maria, UFSM).

²Mestra em Gestão de Organizações Públicas pelo Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

ABSTRACT

This article seeks to discuss whether it is possible to an opening of the social sciences in a time where the traditional paradigms which have always guided its internal structure seem to be involved in a constant crisis. These paradigms are centered on Cartesian revolution that, in the dawn of modernity, the overcoming of the medieval model through the separation between scientific knowledge and common knowledge, between nature and human beings. To analyze this process, throw handoff three authors who have different views of the problem and the very notion of wheter it is possible or not to make this opening process of the social sciences namely: Boaventura de Sousa Santos, Agnes Heller and Thomas Kuhn. Understand and overcome this internal crisis toward a new paradigm is what will allow the breaking of barriers limiting the dialogue with the most diverse Science Foundation last of that opening. As a conclusion, we will discuss again the issue and how it is placed at the moment of the discussion of the scientific community.

KEYWORDS: Social Sciences. Opening. Paradigm. Crisis.

INTRODUÇÃO

A resposta à pergunta de se é possível “abrir” as ciências sociais passa necessariamente pela compreensão da crise que se estabeleceu no interior do paradigma dominante nas ciências sociais. Tal compreensão e posterior superação desta crise em direção a um novo paradigma é o que vai possibilitar a quebra de barreiras que limita o cruzamento de diversas ciências, fundamento último da referida “abertura”. Para analisar o processo de crise das ciências sociais, lançaremos mão de três autores que possuem visões diferentes do processo e, em conseqüência, da própria noção de se é possível ou não se efetuar este processo de abertura das ciências sociais, a saber: Boaventura de Sousa Santos, Agnes Heller e Thomas Kuhn. No final, abordaremos mais uma vez a questão de como ela está colocada no momento atual de discussão da comunidade científica.

A POSIÇÃO DE BOAVENTURA SANTOS, AGNES HELLER E THOMAS KUHN

Boaventura de Sousa Santos em suas obras estudadas (1989, 1997) afirma que estamos vivendo em um momento de crise do paradigma dominante baseado na noção universal de ciência e aponta as possibilidades de um novo

paradigma racional que já está em curso e que ele chama de ciência pós-moderna na falta de um termo melhor.

O paradigma dominante formou-se no início da modernidade através da ruptura com o modelo aristotélico-tomista e baseava-se no domínio pleno das ciências naturais sobre as outras formas do conhecimento. Esta nova forma de racionalidade estabeleceu-se como modelo global, portanto, totalitário de forma de pensar, negando o mesmo caráter a tudo aquilo que não se pautava pelo seu modelo *a priori* de ciência. A partir disto, este modelo é estendido aos outros campos, incluindo-se as ciências sociais que a partir do século XIX procura legitimar-se como ciência tendo por base os mesmos paradigmas importados das ciências naturais.

Os principais pontos do paradigma moderno são: a diferença entre conhecimento científico e conhecimento comum e a diferença entre natureza e pessoa humana; o homem precisa conhecer melhor a natureza para poder dominá-la. Extraem-se daí dois pontos primordiais: o primeiro, é que conhecer significa quantificar, ou seja, o conhecimento só é válido quando pode ser “medido” e “verificado” a partir da experimentação; tudo o que “não é quantificável é cientificamente irrelevante” (1997, p. 15).

O segundo ponto é que o método científico se assenta na redução da complexidade. O mundo é extremamente complexo e a mente humana não pode dar conta de abarcar essa totalidade, daí a necessidade de esquadrihar a natureza, o homem, etc.

“Conhecer significa duvidar e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou” (1997, p. 15)

A função última da ciência é, portanto, estabelecer leis exatas comprovadas empiricamente que possam prever o comportamento futuro dos fenômenos. Tais leis são o princípio metateórico deste paradigma, pois refletem a idéia de ordem e estabilidade do mundo: o passado se repete no futuro, o que dá uma idéia de a-historicidade.

A crítica que Boaventura faz a este paradigma está centrada na noção de que a ciência, em nossos dias, não pode mais ser vista como a única portadora da verdade. Se os problemas que o homem enfrenta na atualidade ainda são modernos, porque continuamos a viver no paradigma moderno, a

resolução dos problemas não pode mais sê-lo. Por isso, Boaventura propõe o que ele chama de desdogmatização da ciência e aponta o surgimento de um novo paradigma de racionalidade que ele chama de pós-moderno. Estamos vivendo, segundo ele, uma fase de “segunda ruptura epistemológica” que tem por base a (re)aproximação entre ciência e senso comum. Não se trata de apontar a superação de uma pela outra, mas de traçar caminhos que levem a uma complementação de ambos os saberes, de estabelecer um diálogo onde a relação sujeito-objeto deixe de se manifestar em uma relação dicotômica de eu-coisa, onde o segundo termo é mera extensão do primeiro, para tornar-se eu-tu – relação dialógica, comunicação: parceiro da contemplação e da transformação do mundo.

Existe, portanto, uma crise a caminho e esta ocorre de duas maneiras: a primeira, através de pequenas e necessárias crises que vão minando a estrutura interna do paradigma, e a segunda, uma mudança nas condições histórica e teórica que proporcionam a que discursos locais que se mantiveram à margem do discurso globalizante do paradigma dominante, aflorem à superfície e sejam recuperados como tais. A primeira condição já está presente e a segunda está a caminho.

Para Boaventura, portanto, existe uma necessidade e uma possibilidade enorme e muito latente de uma abertura das ciências sociais em direção a outras formas de saber. A possibilidade de que todo conhecimento científico possa vir a constituir-se em senso comum é uma delas. Diferentemente do paradigma moderno que rejeita o senso comum como forma irracional de conhecimento, a ciência pós-moderna busca a interação entre ambos, o que dará origem a uma nova forma de “racionalidade feita de racionalidades”, no dizer do próprio autor. Há uma inversão da ruptura epistemológica da modernidade onde se efetuava o salto do senso comum para o conhecimento: na ciência pós-moderna é o contrário que ocorre, mas não há superação, mas interação entre ambos na busca de soluções para os problemas que afligem o mundo contemporâneo.

Agnes Heller (1999) parte de uma visão diferente. Para ela, apesar de estarmos vivendo uma crise de civilização, o mundo continua moderno e a globalização é a prova mais cabal desta modernidade. Os problemas que a afligem devem ser resolvidos por ela mesma utilizando seus próprios conceitos

e não baseado no passado ou numa “terceira via” que prima por estruturas totalmente anômalas à modernidade. Para a autora, a modernidade ainda não foi explorada em todas as suas possibilidades; ainda vivemos em tempos modernos e dificilmente este tempo será superado; suas crises e problemas apenas demonstram que ela está viva e não perto do fim como acreditam alguns.

O que garante a sobrevivência do sistema, para a autora, é a manutenção do poder moral sobre a sociedade. O que é um poder moral? Um poder moral ocorre quando homens e mulheres, de forma voluntária, abrem mão de vantagens para que possam viver em sociedade. Os poderes morais tradicionais de família, sociedade civil e Estado estão hoje em colapso e foram substituídos pela Constituição ou o Direito em si.

Se os poderes morais estão em colapso, isto não significa que não existam ou não possam ser resgatados no mundo de hoje. Há, para a autora, inclusive a necessidade de se fazer tal ato sob pena da modernidade ser envolvida em uma catástrofe. Mas qual poder moral resgatar? Todo poder moral gera hostilidade e divergência, o que importa é saber qual deles gera tais elementos de modo aceitável e que possa ser controlado para evitar o colapso do sistema. O grande poder moral para a autora que tem autoridade para assegurar as liberdades civis é a Constituição. Mas é preciso criar-se também uma cultura no interior da sociedade de que ela é o poder pleno e que deve ser respeitada e não outro poder moral que é criado no interior da sociedade e que corresponda a apenas uma parte da sociedade civil. É a Constituição que dá o embasamento necessário para que o liberalismo político e a democracia assomem-se como pilares da sociedade moderna e que juntos possam manter o equilíbrio social evitando o que a autora chama de “síndrome do médico e do monstro” que assola a maioria das sociedades que tem de conviver com a constante ameaça de dissolução dos poderes morais e a conseqüente liquidação da sociedade moderna.

Diante disto, uma abertura das ciências sociais em relação a outros ramos do saber não teria como objetivo uma superação do paradigma dominante (já que este não pode ser superado), mas serviria apenas para revitalizá-lo. A crise que se estabelece com esta inter-relação serve apenas para auxiliar a resolver seus próprios problemas complexos e perpetuar o

sistema do que propriamente apontar caminhos para que um novo paradigma surja desta crise.

Em Thomas Kuhn (2004) encontramos uma espécie de meio-termo entre a posição de Boaventura e de Heller. Podemos compreender que a necessidade ou não de se abrir as ciências sociais está em relação direta com a situação em que vive o paradigma dominante.

Podemos resumir a tese central de Kuhn afirmando que para ele o conhecimento não é cumulativo ou contínuo, mas se dá através de saltos qualitativos que se justificam através de fatores externos à própria racionalidade científica. Tais fatores são os psicológicos e sociológicos que se manifestam como um rude golpe na noção de relacionar cientificidade com racionalidade (aspecto lógico-metodológico). Saltos qualitativos ocorrem nos períodos em que o desenvolvimento científico é mais amplo e onde começam a ser questionados os preceitos que vigoravam até então.

O conjunto de todos esses princípios constitui o que Kuhn chama de “paradigma”. Por este termo compreende-se um conjunto de todos os conceitos que formam a matriz científica vigente. Trata-se de uma visão de mundo que é compartilhada por toda uma comunidade científica, um consenso que se baseia nestes aspectos externos e não em um desenvolvimento interno lógico-metodológico *a la* Popper e que são capazes de fornecer “modelos dos quais surgem tradições particularmente coerentes de investigação científica” (2004, p. 34). É o que o autor chama de “ciência moderna”.

O desenvolvimento da ciência moderna se dá através de duas fases: a normal e a revolucionária. Pela primeira compreendemos ser um período de consenso em torno do paradigma; tudo gira em torno dele e o questionamento é praticamente nulo. Qualquer tentativa de abertura do saber instituído (seja ele qual for, das ciências sociais ou não) é rechaçada e vista como mera anomalia resultante de uma investigação particular. O que importa é o todo, o conjunto lógico do paradigma que permite tratar esta abertura ou uma possibilidade de aproximação com outras formas de saberes como anomalias que ou são descartadas como pseudociências ou resolvidas a contento pelo paradigma ou ainda deixadas de lado, incapazes de serem resolvidas. Para Kuhn, o paradigma dominante assume uma postura de totalitarismo dentro do qual a educação se mostra de suma importância: o cientista é moldado dentro de uma

determinada comunidade científica e sua função é puramente de reproduzir o discurso oficial e rejeitar tudo aquilo que não se enquadra nos moldes da ciência na qual ele foi educado. Diferentemente de Popper que vê o cientista buscando constantemente aperfeiçoar seu conhecimento através de uma eterna tentativa de validar a teoria na qual se baseia, para Kuhn o cientista termina por aceitar a teoria sem grandes problemas, o que gera uma acomodação intelectual dentro dos limites de segurança que o paradigma lhe oferece.

Todo paradigma, porém, também entra em crise e pode ser substituído por outro. É apenas nesta fase que se admite uma abertura em direção a outros saberes que penetram no paradigma e vão minando-o através de sucessivas crises. Este fato gera uma incapacidade do sistema em resolver os novos problemas o que termina por levar a uma superação e a geração de um novo consenso que vai determinar a substituição do paradigma. A partir disto, retorna-se ao consenso e ao conformismo e a ciência transforma-se novamente de revolucionária em normal.

DA “CRISE” NAS CIÊNCIAS SOCIAIS À “ABERTURA” DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A partir destas três visões distintas acerca do problema da crise podemos encaminhar a discussão contemporânea sobre a necessidade e a possibilidade de “abrir” as ciências sociais, ou seja, se é possível estabelecer na prática a superação da distância entre a práxis do cientista social e a estrutura organizativa da ciência social a qual o pesquisador está ligado.

É possível estabelecer um diálogo contínuo e profícuo entre ramos diversos do saber e não apenas em momentos específicos e particulares do desenvolvimento histórico? Qual tipo de ciência social queremos construir hoje? São essas perguntas que a Comissão Gulbenkian (1996) procurou responder e que servirá de base para nossa conclusão acerca do tema.

Fazendo um resgate histórico acerca da fundação das ciências sociais, notamos que estas se estabelecem de forma coincidente com a expansão e o domínio europeu sobre o resto do mundo no último quartel do século XIX e a

partir de 1945 distinguem-se tanto das ciências naturais quanto das chamadas humanidades que tinham por objeto de estudo o aspecto mais cultural e espiritual da sociedade. A legitimação trouxe, porém, um problema: a criação de um fosso entre a práxis do cientista social e a estrutura organizativa da ciência social a qual ele se encontra ligado.

Este fosso se estabeleceu porque a partir de 1945 com as mudanças geopolíticas no mundo, passou-se a priorizar um maior cruzamento não apenas entre as ciências sociais, mas também e principalmente entre estas e as ciências naturais. Foram três os aspectos principais desta mudança. O primeiro diz respeito à validade das distinções no interior das ciências sociais priorizando a divisão dos estudos por áreas ou regiões; há um reagrupamento do trabalho intelectual e os cientistas vêem a necessidade de cruzarem os seus trabalhos e pesquisas. Multidisciplinaridade passa a ser a palavra de ordem e a crítica à ausência deste aspecto dentro das ciências sociais foi uma constante principalmente na década de sessenta.

O segundo aspecto diz respeito ao legado das ciências sociais e se é possível uma universalização dos seus conceitos. Tal fato é negado pela maioria dos cientistas pois, ao contrário das ciências naturais, as ciências sociais não se comportam da mesma maneira; muitas vezes

“o objeto de estudo engloba os próprios investigadores, como também as pessoas estudadas podem entrar em diálogo ou mesmo em competição com esses mesmos investigadores” (1996, pp. 77-8).

Quando analisa um determinado grupo, o cientista social termina por permitir que o objeto de estudo participe da discussão e passe ele também a ser agente do discurso.

O terceiro aspecto estabelece a realidade e a validade da distinção entre os vários campos do saber; não há mais a necessidade de uma separação, mas sim de uma aproximação entre eles. Leis da natureza de caráter universal não são mais compatíveis de serem buscadas; a complexidade do mundo tornou-se de tal monta que passou a ser o grande desafio das ciências sociais. As leis, antes universais, agora expressam apenas possibilidades e não mais certezas.

É possível, no mundo de hoje, proporcionar uma “abertura” das ciências sociais? Ou ainda, “que tipo de ciência social nos cabe, hoje, construir?” O principal ponto está na quebra de barreiras que limitam o cruzamento das diversas ciências. A violação das “fronteiras disciplinares” é o mote principal do mundo contemporâneo. Três questões teórico-metodológicas são citadas pela Comissão para que se possa construir um consenso dentro das ciências sociais. A primeira é a que trata da relação do investigador com a investigação através da noção de reencantamento do mundo em contraposição à noção weberiana de “desencantamento” que significava a negação de pré-conceitos para se atingir a objetivação do conhecimento científico. O reencantamento teria por objeto libertar ainda mais o pensamento humano estabelecendo uma redução drástica, ou até mesmo o abandono, da distância entre sujeito e objeto.

A segunda questão enfatiza a reintrodução de fatores espaços-temporais cujo objetivo seria estabelecer variáveis constitutivas internas e não fazer delas meras realidades físicas imutáveis onde o universo social existe. Especifica também a necessidade da construção de uma metodologia que permita que as reflexões do cientista não sejam utilizadas de forma arbitrária; desse modo a distinção entre os diferentes campos da ciência perderá seu valor.

Por fim, a Comissão aponta a necessidade de superar as divisões artificiais entre os diversos tipos de conhecimento. Na prática isto significa que as fronteiras entre estes saberes são constantemente transpostas, porém na verdade, a prática não está de acordo com os pontos de vista das diversas ciências. Existe claramente um fosso entre a práxis do cientista social e a estrutura organizativa da ciência social enquanto disciplina. A superação só acontecerá com aquilo que é chamado de “abertura das ciências sociais”, ou seja, incentivar o debate coletivo e apresentar sugestões quanto aos caminhos suscetíveis de conduzir a soluções que realmente supere este impasse pelo qual passa a ciência social em suas mais variadas disciplinas.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO GULBENKIAN. **Para abrir as Ciências Sociais.** (São Paulo: Cortez, 1996).

HELLER, Agnes. “Uma crise global da civilização: os desafios futuros”. In: VÁRIOS. **A crise dos paradigmas nas ciências sociais e os desafios para o século XXI**. (Rio de Janeiro: Contraponto, 1999).

KUHN, Thomas S. **La estructura de las revoluciones científicas**. (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. (Porto: Afrontamento, 1997).

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. (Rio de Janeiro: Graal, 1989).